

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****1. INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A utilização de cilindros para armazenamento de oxigênio medicinal é essencial em ambientes hospitalares e em ambulâncias, sendo um componente crítico para garantir o atendimento adequado a pacientes que dependem deste recurso vital. O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil fornece gás medicinal, como oxigênio, para pessoas que necessitam de tratamento médico em domicílio ou em unidades de saúde. Isso é vital, pois muitos pacientes, especialmente aqueles com condições respiratórias crônicas ou agudas, dependem de oxigênio para respirar e recuperar a saúde. O fornecimento de gás medicinal pelo SUS garante acesso universal e gratuito a tratamentos essenciais, promovendo a saúde e o bem-estar dos cidadãos que dependem desses serviços.

O fornecimento de gases medicinais é fundamental para manter a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos. Esses gases são indispensáveis para diversas práticas clínicas, incluindo a estabilização de pacientes em estado grave, proporcionando suporte respiratório e outras funções vitais. A descontinuidade no fornecimento de gases medicinais pode ter consequências graves, como risco imediato à vida dos pacientes e aumento da mortalidade. Além disso, a interrupção no fornecimento desses gases pode acarretar penalidades legais e responsabilização da Administração Pública, já que é dever do município garantir a segurança e o bem-estar da população.

Portanto, a contratação visa assegurar que a Secretaria Municipal de Saúde tenha à disposição um fornecimento constante e de qualidade, permitindo um atendimento de saúde eficaz e seguro, cumprindo com a responsabilidade de prestar assistência adequada à população. Os gases medicinais serão utilizados nas unidades de saúde, bem como para pacientes acamados em suas residências, quando solicitados por um profissional médico. Este serviço é de suma importância para o atendimento dos pacientes, visto que a descontinuidade ou falha no fornecimento desses gases medicinais gera um risco imediato à vida do paciente assistido.

3. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I). ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024;
- II). Data de publicação no PNCP: 24/01/2024;
- III). Id do item no PCA: 159, 160, 161, 162, 163;
- IV). Classe/Grupo: 6810 - PRODUTOS QUÍMICOS;



V). Identificador da Futura Contratação: 987541-101/2024

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Os seguintes requisitos deverão ser levados em consideração para contratação:

- a) Os materiais deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, e demais órgãos, atentando-se o proponente, principalmente para prescrição do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- b) O material deverá ser entregue com validade mínima de 80% (oitenta por cento) do prazo definido pelo fabricante na embalagem do produto ou em documento fornecido pelo mesmo quando, numa excepcionalidade, a embalagem não constar tal informação. Isso somente se aplica caso o material ofertado tenha prazo de validade determinado pelo fabricante.
- c) Alvará Sanitário expedido pela Autoridade Sanitária competente.
- d) O transporte dos equipamentos e dos gases deverão ser realizados pela CONTRATADA em veículos apropriados para transporte de cargas perigosas, seguindo o estabelecido no Decreto-Lei nº 96.044 de 18 de maio de 1988 do Ministério dos Transportes e na Resolução nº 3665 de 04 de maio de 2011 da ANTT (Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos – RTPP), consolidada com as alterações introduzidas por resoluções posteriores).
- e) Autorização de Funcionamento Específica - AFE – emitida pela ANVISA para medicamentos e de insumos farmacêuticos (gases medicinais) da empresa fabricante do produto, de acordo com o disposto na RDC nº 69/2008 e RDC nº 09/20210.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

Considerando o relatório de saldo do Pregão Eletrônico 118/2023, será adquirido o total de quantidades licitadas. É importante ressaltar que esse quantitativo foi suficiente para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde desde a assinatura das Atas de Registro de Preços até o presente momento. Além disso, ainda há unidades em estoque que serão utilizadas enquanto o processo de licitação atual está em andamento. Assim, o quantitativo licitado no ano anterior será mantido.

6. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Para garantir o fornecimento contínuo de gases medicinais à Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, foram identificadas as seguintes soluções possíveis:

- I). Contratação de Empresa Especializada: Optar pela contratação de uma empresa especializada para fornecer gases medicinais em cilindros, sob regime de comodato.



Vantagens: Garantia de fornecimento contínuo e de qualidade, com redução das responsabilidades logísticas e de manutenção para a Secretaria.

Desvantagens: Dependência de um fornecedor externo.

- II). Aquisição Própria de Cilindros e Gases Medicinais: Realizar a compra direta de cilindros de oxigênio e gases medicinais, com gestão e manutenção realizadas pela própria Secretaria.

Vantagens: Controle total sobre o estoque e a distribuição dos gases.

Desvantagens: Necessidade de um investimento inicial significativo.

- III). Parcerias com Instituições de Saúde: Estabelecer parcerias com hospitais e clínicas locais para compartilhamento de recursos e fornecimento de gases medicinais.

Vantagens: Potencial para redução de custos.

Desvantagens: Dependência da disponibilidade e capacidade das instituições parceiras.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O valor estimado para esta contratação foi calculado com base em um orçamento anexado aos documentos do processo, que indicou um total de R\$ 496.100,00 (quatrocentos e noventa e seis mil e cem reais) para os materiais necessários. Vale destacar que essa estimativa de preços é preliminar, visando facilitar a seleção da melhor solução para a contratação e avaliar sua viabilidade.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

Considerando os fatos expostos, conclui-se que a aquisição de gás oxigênio medicinal em cilindros, sob regime de comodato, junto a empresas privadas, com a responsabilidade de entrega a cargo do fornecedor, é a solução que atenderá de maneira eficaz às necessidades da Administração.

Essa abordagem proporciona uma solução abrangente, garantindo um fornecimento contínuo e de alta qualidade, minimizando a carga administrativa e logística para a Secretaria Municipal de Saúde.

A escolha por esta modalidade visa assegurar a continuidade dos serviços essenciais, reduzindo riscos associados a interrupções no fornecimento e otimizando a gestão dos recursos.

Além disso, a contratação de empresas especializadas garante que os cilindros sejam mantidos e substituídos conforme necessário, garantindo a segurança e a eficiência no atendimento às demandas de saúde pública.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

A aquisição não será realizada por meio de grupos ou lotes devido à natureza específica do objeto e à sua condição de item único. Optamos pela aquisição de forma centralizada para otimizar o aproveitamento do mercado e manter a competitividade. Precisamos tanto do gás medicinal quanto dos cilindros e escolhemos o fornecimento em forma de comodato, portanto, não houve parcelamento desse objeto; ele está incluído como um único item.

**Justificativa para o Não Parcelamento:****1. Vantagens Econômicas:**

- **Economia de Escala:** A aquisição conjunta de gás medicinal e cilindros permite negociar melhores preços com o fornecedor, reduzindo os custos totais.
- **Redução de Custos Administrativos:** A gestão de um único contrato diminui as despesas administrativas associadas à fiscalização e à manutenção de múltiplos contratos.
- **Previsibilidade Orçamentária:** Com um único contrato, fica mais fácil prever e controlar os gastos, evitando surpresas orçamentárias.

2. Vantagens Logísticas:

- **Simplificação da Logística:** Ter um único fornecedor responsável tanto pelo gás quanto pelos cilindros facilita a coordenação de entregas e a logística de abastecimento, garantindo que os cilindros estejam sempre disponíveis e em bom estado de conservação.
- **Responsabilidade Centralizada:** Um único fornecedor é responsável por todo o processo, desde a entrega do gás até a manutenção dos cilindros, o que simplifica a resolução de problemas e a garantia da qualidade do serviço.
- **Consistência no Fornecimento:** A centralização do fornecimento assegura uma gestão mais eficiente dos estoques, evitando interrupções que poderiam ocorrer com múltiplos fornecedores.

3. Garantia de Qualidade e Segurança:

- **Manutenção Adequada dos Cilindros:** Com o fornecimento em comodato, o próprio fornecedor é responsável pela manutenção e pela conformidade dos cilindros com as normas de segurança, garantindo a integridade dos equipamentos.
- **Confiabilidade:** A escolha de um único fornecedor especializado assegura que tanto o gás quanto os cilindros atendam aos padrões de qualidade necessários para o uso médico, proporcionando maior segurança aos pacientes.

Portanto, a decisão de não parcelar a contratação do gás medicinal e dos cilindros, optando pelo fornecimento em comodato, oferece vantagens econômicas, logísticas e de segurança, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços de saúde prestados pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A adoção da solução proposta para o fornecimento de gás oxigênio medicinal em cilindros, sob regime de comodato, visa alcançar os seguintes resultados:



- **Garantia de Fornecimento Contínuo e Qualidade:** Assegurar que a Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos tenha um fornecimento ininterrupto e de alta qualidade de gás oxigênio medicinal.
- **Redução das Responsabilidades Logísticas e Administrativas:** Minimizar a carga de trabalho e as responsabilidades logísticas da Secretaria com relação ao armazenamento, manutenção e reposição dos cilindros de oxigênio.
- **Estabilidade no Atendimento às Necessidades de Saúde:** Manter a capacidade da Secretaria de atender eficientemente às necessidades de pacientes que requerem gás oxigênio medicinal, especialmente em situações de emergência e tratamento de pacientes em estado grave.
- **Custo-Benefício e Sustentabilidade:** Obter uma solução que ofereça um bom custo-benefício e seja sustentável a longo prazo, evitando gastos desnecessários e garantindo a continuidade do fornecimento com eficiência financeira.

Esses resultados pretendidos visam não apenas atender às necessidades imediatas da Secretaria, mas também garantir a continuidade, qualidade e eficiência do fornecimento de gás oxigênio medicinal para a saúde pública.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual. Devido à natureza do objeto não será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Andrea Regina Pellin Cagnini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rafael Rugerio Dutra
Suplentes:	Amanda Cristina de Assis Rosa

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não há contratações correlatas e nem interdependentes para a contratação.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade



ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

14. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante das informações acima, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de uma empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal em cilindros, sob regime de comodato.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, por MENOR PREÇO, com fornecimento imediato, na forma continuada.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- Modalidade de licitação: Pregão
- Critério de julgamento: menor preço
- Modo de disputa: O modo de disputa será aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

A análise de risco encontra-se anexa ao processo.

19. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

As informações contidas no presente Estudo Preliminar ASSUMEM CARÁTER ABERTO, portanto, deverão ter acesso público.

Dois Vizinhos, 07 de agosto de 2024.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Área requisitante

Matrícula Funcional 17949-1

ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI

Agente Administrativo

Responsável pela Elaboração do ETP

Matrícula Funcional 19203-1